

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Associação Portuguesa de Geógrafos

COORDENADORES: Teresa Sá Marques, José Alberto Rio Fernandes, José Teixeira, Patrícia Abrantes, Fátima Matos, Laura Soares.

TÍTULO: XI Congresso da Geografia Portuguesa, As dimensões e a responsabilidade Social da Geografia, Livro de Atas.

ANO: 2017

ISBN: 978-989-54030-2-8

PRODUÇÃO GRÁFICA: Claudia Manuel

COMISSÃO ORGANIZADORA:

*Departamento de Geografia da Faculdade de Letras
Universidade do Porto*

Teresa Sá Marques
José Teixeira
Patrícia Abrantes
Fátima Matos
Laura Soares
António Silva
Diogo Reis
Francisco Anjos
Helder Gonçalves
Joaquim Cardoso
José Sousa
Rui Abreu
Sónia Andrade
Tatiana Oliveira
Claudia Manuel

Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)

José Alberto Rio Fernandes
Ana Rei
Francine Tavares
Inês Rocha
Thiago Monteiro

CONSELHO CIENTÍFICO:

António Alberto Gomes - *Universidade do Porto* António
Bento Gonçalves - *Universidade do Minho*
Ana Monteiro - *Universidade do Porto*
Ana Ramos Pereira - *IGOT/Universidade de Lisboa* Carlos
Silva - *Universidade Nova de Lisboa*
Domingas Simplício - *Universidade de Évora*
Dulce Pimentel - *Universidade Nova de Lisboa*
Eduarda Marques da Costa - *IGOT/Universidade de
Lisboa* Fernanda Cravidão - *Universidade de Coimbra*
Herculano Cachinho - *IGOT/Universidade de Lisboa* Lúcio
Cunha - *Universidade de Coimbra*
Luís Paulo Martins - *Universidade do Porto*
Maria José Caldeira - *Universidade do Minho*
Mário Vale - *IGOT/Universidade de Lisboa*
Regina Salvador - *Universidade Nova de Lisboa*
Rui Gama Fernandes - *Universidade de Coimbra*

REVISORES:

Assunção Araújo - *Universidade do Porto*
Carmen Ferreira - *Universidade do Porto*
Fantina Santos Tedim - *Universidade do Porto*
Fátima Loureiro de Matos - *Universidade do Porto*
Hélder Marques - *Universidade do Porto*
Helena Madureira - *Universidade do Porto*
Helena Pina - *Universidade do Porto*
João Carlos Garcia - *Universidade do Porto*
José Alberto Rio Fernandes - *Universidade do Porto*
José Teixeira - *Universidade do Porto*
Laura Soares - *Universidade do Porto*
Mário Gonçalves Fernandes - *Universidade do Porto*
Miguel Saraiva - *Universidade do Porto*
Patrícia Abrantes - *Universidade do Porto*
Paula Guerra - *Universidade do Porto*
Teresa Sá Marques - *Universidade do Porto*

Como abordar o desenvolvimento rural numa geografia europeia? Questões conceptuais e desafios operacionais

L. Moreno ^(a)

^(a) Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Centro de Estudos Geográficos (CEG), luis.moreno@campus.ul.pt

RESUMO

O artigo procura apresentar alguns contributos para teorizar uma geografia europeia do processo de desenvolvimento rural, entendendo este – em particular na abordagem neo-endógena – como função do capital social dos territórios. Trata-se de ver o desenvolvimento local e a governança territorial, com tradução nas áreas rurais, como resultado de diferenciadas construções históricas, culturais, políticas e institucionais. A metodologia seguida recorre à análise bibliográfica, resultando na problematização de diferentes ‘estratificações’ europeias. Estas envolvem a consideração de atitudes sociais e políticas, bem como comportamentos, significados contextuais do ‘rural’ e algumas investigações sobre a relação entre capital social e desenvolvimento rural. Pretende-se contribuir assim para colmatar uma lacuna nos estudos da geografia europeia sobre o meio rural, que muitas vezes ignoram as explicações compreensivas que cruzam os contributos de várias ciências sociais, principalmente, para o entendimento dos processos de diferencial desenvolvimento e valorização socioterritorial que condicionam as áreas rurais.

Palavras chave: Geografia da Europa, desenvolvimento rural, capital social, governança territorial.

1. INTRODUÇÃO: O QUADRO DE AFIRMAÇÃO DA ABORDAGEM NEO-ENDÓGENA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural, como “processo contínuo orientado para o aumento do bem-estar das sociedades rurais”, terá raízes em iniciativas pioneiras dos EUA, desde inícios do século XX, de algum modo inspiradas na sua tradição do ‘desenvolvimento comunitário’ desde finais do século XIX (Calatrava, 2016:3). Na Europa, várias iniciativas combinam-se com lições daquelas experi-ências e de outras de base colonial. O reforço estatal das capacitações agrícolas, na linha dos efeitos da Revolução Industrial, foi também essencial a montante das dinâmicas e processos de desenvolvimento rural mais significativos da Europa (Moreno, 2007; Calatrava, 2016).

A resignificação do ‘rural’ – de ‘rural agrário’ para ‘rural territorial’ – teve os seus primórdios nos anos cinquenta do século XX, quando em França o ‘rural’ foi encarado pelos académicos como objeto da afirmação das políticas públicas, como “um filho do ordenamento do território”. Tratou-se do contexto de valorização da “modernidade representada pelo desenvolvimento das cidades” (Perrier-Cornet & Hervieu, 2002:11).

Como resultado da intensificação produtiva na agricultura, que na Europa comunitária a Política Agrícola Comum (PAC) acentuou, sobrevieram desequilíbrios demográficos e económicos, resistências sociais e problemas territoriais e ambientais, levando ao crescente interesse em estudar cada vez mais o ‘rural’ e planeá-lo. Após o mais simples planeamento do crescimento, a crescente incidência no desenvolvimento económico e a abrangência de outras dimensões, no âmbito da ação do estado inter-

vencionista e da economia keynesiana, incluiu então o planeamento do desenvolvimento rural. Mas a forma tecnocrática e descendente dos anos 1960 mostra limitações, só mais tarde superadas. Os efeitos da crise dos anos 1970, acentuando os problemas nas regiões em declínio, obrigaram a sucessivas medidas comunitárias, começando com a Política Regional desde 1975 (criação do FEDER), estimulando a inovação e a reestruturação regional e local.

Apesar destes esforços, persistia o apoio dominante da PAC aos preços e mercados, e só em 1984 o FEDER contempla medidas para promover o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões. Todavia, apesar do suposto alcance destas medidas, a falta de ‘especificidade rural’ favorecia a captação do grosso dos apoios pelos meios com maior densidade. O início de mudanças decisivas é marcado pela Campanha Europeia para o Mundo Rural (1987) e a subsequente comunicação “O Futuro do Mundo Rural” (1988), esta no mesmo ano em que se implementa a reforma dos fundos estruturais comunitários. A reforma apontou “maior concentração dos investimentos públicos nas regiões mais carenciadas e novos processos de intervenção”, sob os princípios da subsidiariedade, programação, adicionalidade, parceria e avaliação, traduzindo um crescente de compromisso articulado dos atores institucionais, económicos e da sociedade civil (Moreno, 2007:101).

Se antes – desde finais dos anos 1970 – já se concebia o ‘desenvolvimento endógeno’, processo centrado no aproveitamento dos recursos próprios de um território, um conjunto de princípios subjacentes à criação da Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) em 1991 leva à consideração ajustada de um ‘desenvolvimento rural neo-endógeno’ (DRNE)¹. Este baseia-se simultaneamente no

¹ Mesmo antes de 1991, experiências nacionais de desenvolvimento local com envolvimento multi-escalar já suscitavam a aplicação do DRNE, que podemos assimilar ao desenvolvimento (rural) territorial (Ray, 2006).

aproveitamento do potencial endógeno, no estímulo de uma democracia participativa local e no desenvolvimento do capital social, o qual está em função de uma governança multinível.

O conceito de capital social tem sido profusamente discutido e aplicado, primeiro por sociólogos, como Pierre Bourdieu, J. Coleman e R. Putnam, mas também por acadêmicos de outras áreas. Embora as ideias contidas no conceito remontem a trabalhos dos primeiros sociólogos, Bourdieu terá definido em 1980 o capital social com particular acuidade teórica, como “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Portes, 2000:134). Na geografia, é significativa a atenção dada à matéria por vários autores, como salienta Moreno (2017) ao referir os contributos na revista *Progress in Human Geography* (Mohan & Mohan, 2002; Murphy, 2006; Holt, 2008; Naughton, 2014; Tomaney, 2014), além de outras quando geógrafos e ‘cientistas do território’ relacionam o capital social com o DRNE. A mudança institucional, as transformações culturais e os territórios de aprendizagem contam-se entre as matérias mais significativas.

2. O RURAL, FACE A UMA HISTÓRICA CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NOS TERRITÓRIOS

As especificidades europeias do capital social e do desenvolvimento rural estão estreitamente ligadas às raízes da ruralidade europeia e à forma como as pessoas ocuparam o espaço em resposta a desafios naturais, humanos e sociais. Diferentes formas de organização social e estruturas / relações de poder desenvolveram-se em regiões, nações e Estados, de modo mais ou menos transformado e duradouro, em conjunto com as culturas das pessoas, tanto local e regionalmente como entre os países do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste da Europa.

Após a segunda grande guerra, desenvolveram-se estudos comparativos sobre atitudes e comportamentos sociais e políticos que procuraram ilustrar essa diversidade, através de dados de pesquisas transnacionais e análises históricas². Os dados destas fontes foram utilizados em vários trabalhos sobre capital social (Arts *et al.*, 2003; van Oorschot *et al.*, 2006; Beugelsdijk & van Schaik, 2005; Meuleman, 2008; Akçomak & Weel 2009; Ferragina, 2012; Lasinska, 2013). Alguns dos académicos mostram que “instituições e investimentos históricos” determinam diferentes níveis de capital social (Akçomak & Weel, 2009:55). Retratam-se assim as características distintas de países, nações e regiões europeias, em termos de história, constituição e instituições, tradições políticas, ramos e denominações cristãs dominantes, educação e universidades, políticas sociais, sugerindo-se que essas características ainda estruturam a diversidade de formas como as pessoas pensam e agem. Poderíamos adicionar as diferentes culturas e dimensões

legais, administrativas e de planeamento (Larsson, 2006; Reimer *et al.*, 2014). Tratam-se de condições que orientam a vida das pessoas e organizações, fornecendo-lhes limites e oportunidades, os quais diferem no espaço e servem para identificar aspetos que explicam relativos (in)sucessos territoriais.

Os estudos comparativos acima referenciados representam padrões intra-europeus que enquadram as tendências de atitude e comportamento das pessoas nas áreas urbanas e rurais. Porém, este tipo de trabalhos só pode revelar informações superficiais sobre ‘indivíduos médios’ em espaços nacionais e regionais, não podendo mostrar as características das relações entre pessoas, atores e organizações e a maneira como eles interagem em locais e territórios. Por isso Tzanakis (2013:13) refere que são estudos baseados em medidas “de duvidosa fiabilidade”, pois pretendem traduzir em índices respostas de inquiridos orientadas por contextos ou sensíveis a estes. Portanto, estes trabalhos apresentam apenas um dos ‘panos de fundo’ do que veio a ser explorado numa ótica de desenvolvimento local desde os anos 1980, considerando “territórios ativos” com características variadas, incluindo casos de territórios-rede (Moreno, 2017).

Um outro lado dos contextos nacional e regional do desenvolvimento rural pode ser apreciado pelos diferentes instrumentos públicos dos Estados europeus para apoio à agricultura, antes da Comunidade Europeia e nos primeiros anos da CEE, nos países ocidentais (Tracy, 1986; Moreno, 1994), nos países orientais (Slangen *et al.*, 2004; Hagedorn, 2014), ou ambos (Gijssels & Buxles, 2014). São trabalhos académicos que se focam em aspetos específicos de estruturas ou mercados. Por exemplo, nos países ocidentais, as intervenções públicas para proteger os mercados (como a França e a Alemanha) ou a proteção estrutural das pessoas (como na Holanda e Dinamarca), foram estimuladas por fatores externos, principalmente relacionados com as fases do capitalismo do pós-guerra. Estas obras salientam como diferentes formas de intervenção se traduziram em atitudes e práticas de pessoas, individuais e coletivas.

Uma representação das condições gerais que enformam as práticas poderia fornecer um mapa grosseiro da distribuição europeia do capital social, em países e regiões, reproduzindo divisões clássicas do Norte-Sul e Oeste-Leste, que seriam apoiadas pelas tendências pesadas que distinguem dois tipos principais de territórios (embora as cambiantes em cada tipo justifiquem críticas contra esse tipo de diferenciação). A primeira categoria corresponde a territórios onde as práticas liberais se disseminaram de modo precoce. Foram práticas tão capilarizadas que levaram aos mais elevados níveis de autonomia individual e policentrismo territorial, favorecendo iniciativas plurais da sociedade civil, bem como sistemas políticos e governos aptos a promover o desenvolvimento do capitalismo e da democracia. Também se pode argumentar que, nesses casos, as con-

² Segundo Cautrès (2011:504), corresponderam entre 1948 e 2004 a “mais de 60 projetos transnacionais de investigação”, incluindo “o Eurobarómetro e os inquéritos relacionados com a União Europeia (UE) [desde 1970], (...) o *European Values Survey* e o *World Values Survey* (1981), o *International Social Survey Program* (1985), o *Global Barometers* (de 1990) (...)” (idem).

dições para exercer as liberdades individuais foram mediadas por atores sociais e políticos em sistemas propícios à defesa do interesse geral. Tal envolveu maior investimento público e privado em sistemas urbano-industriais, com elevado investimento na educação, sobretudo de acordo com regras keynesianas. O segundo tipo de território refere-se a condições bastante distintas, associa-das ao investimento tardio e/ou mais limitado no ‘empoderamento’ das pessoas, na iniciativa local e na organização multi-escalar das relações económicas e sociais. Esta segunda categoria, relacionada com a persistência de restrições à liberdade e do peso de instituições informais, prende-se com territórios que herdaram regimes autocráticos e centralizados, tanto desenvolvidos dentro de uma economia de mercado – como Portugal e Espanha – como de uma economia socialista planeada, caso de regimes sob influência soviética (Moreno, 2017).

A assunção de diferentes contextos para moldar a intervenção humana e social propiciaria uma geografia (ou geografias) do capital social, considerando a distribuição espacial de várias formas deste em todos os territórios europeus. Todavia, esta representação precisaria de dados desagregados de que não dispomos, distinguindo em cada país / região condições institucionais e de desenvolvimento que sustentam o capital social. Estas poderiam variar entre áreas urbanas e rurais, bem como em termos de densidade demográfica, económica e relacional. Esses resultados iriam de certa forma ajudar a questionar os "padrões nacionais" devido à sua dependência da medição de características mais intangíveis que são espacialmente desiguais, em função do capital territorial³ de cada unidade (micro-)regional ou local.

Para além dos estudos gerais e teóricos sobre o capital social na Europa e no domínio rural, há também trabalhos com sustentação empírica que relacionam capital social e desenvolvimento rural. Como mostra Moreno (2017), estes incluem principalmente estudos de caso ou comparações específicas (ex.: parcerias) de territórios de intervenção dos Grupos de Ação Local (GAL) do programa / abordagem LEADER. Algumas obras exploram parcerias de desenvolvimento local e rural a nível europeu (Westholm *et al.*, 1999; Esparcia *et al.*, 2000), ou o próprio programa LEADER (Ray, 2000), ou ainda avaliações de experiências de base LEADER (Granberg & Andersson, 2016). Outras, como de Árnason *et al.* (2009), Esparcia (2014) e Lee *et al.* (2005), apresentam resultados sobre o papel das redes e do capital social no desenvolvimento rural com base em situações de seis países. No contexto da investigação ETUDE, Horlings & Marsden (2012) analisam ainda o capital social em oito projetos de seis países, a partir de uma seleção de 54 projetos de desenvolvimento rural em 15 países europeus, tanto ocidentais como centrais e orientais. Copus & Dax (2009) apenas consideram o capital social no contexto das políticas de desenvolvimento rural dos Estados membros da UE. Outros autores focam-se nas condições específicas dos países da Europa Central e Oriental (Murray,

2008; Murray *et al.*, 2008; Marquardt *et al.*, 2012; Furmankiewicz *et al.*, 2016). Um deles questiona em particular a presunção de baixos níveis de capital social dentro destes países, criticando a lógica de aplicar uma conceção ‘de base ocidental’ a países em que formas de mudança institucional específica levam à inovação social dentro das estruturas de governança existentes (Murray, 2008).

3. NOTA CONCLUSIVA: PARA REPRESENTAR A VALORIZAÇÃO RURAL-TERRITORIAL DIFERENCIADA...

Uma geografia europeia do desenvolvimento rural, ou dos processos de valorização do meio rural na Europa, não deverá dispensar formas de representação dos fatores de diferenciação desses processos. Como se defende, tal depende do recurso a contributos para a identificação do papel de diferentes componentes do capital territorial, construídas em percursos históricos e sociopolíticos próprios, envolvendo diferentes escalas e com dinâmicas dos atores condicionadas por políticas públicas. Relevamos o desenvolvimento do capital social e a relação deste com os processos de governança multinível, com tradução também na governança rural. Os estudos existentes ajudam-nos a refletir sobre várias dimensões da problemática, ilustrando a sua complexidade e suscitando a inspiração para respostas possíveis aos desafios colocados.

4. BIBLIOGRAFIA

- Akçomak, I. S., & Weel, B. (2009). Social capital, innovation and growth: evidence from Europe. *European Economic Review*, 53, 544-567.
- Árnason, A., Shucksmith, M., & Vergunst, J. (2009). *Comparing Rural Development: Continuity and Change in the Countryside of Western Europe*. Aldershot, England; Burlington, VT: Ashgate.
- Arts, W. A., Hagenaars, J. A., & Halman, L. (2003). *The Cultural Diversity of European Unity: Findings, Explanations and Reflections from the European Values Study*. Leiden: Brill.
- Beugelsdijk, S., & Van Schaik, T. (2005). Differences in social capital between 54 Western European regions. *Regional Studies*, 39(8), 1053-1064.
- Calatrava, J. (2016). *Origin and evolution of Rural Development concept and policies: from rural communities to territories*. Acedido em www.researchgate.net/publication/292617342, em 14-01-2017.
- Cautrès, B. (2011). Cross-national surveys. In B. Badie, D. Berg-Schlosser, & L. Morlino (eds.), *International Encyclopedia of Political Science* (pp. 504-508). London: SAGE Publications.
- Copus, A. K., & Dax, T. (2009). *Conceptual background and priorities of European Rural Development Policy: assessing the impact of rural development policies (incl. LEADER)*. Stockholm & Vienna: Nordregio and BABF.

³ Conceito proposto pela OCDE em 2001 como integrador de cinco tipos de capital – humano, social, cultural, económico e ambiental – e que, para Davoudi *et al.* (2008), teria um sentido semelhante ao de ‘potencial endógeno’ (Moreno, 2017).

- Esparcia, J. (2014). Innovation and networks in rural areas: an analysis from European innovative projects. *Journal of Rural Studies*, 34, 1-14.
- Esparcia, J., Moseley, M., & Noguera, J. (2000). *Exploring rural development partnerships in Europe: an analysis of 330 local partnerships across eight EU countries*. Cheltenham and Gloucester College of Higher Education, UK, UDERVAL and Countryside & Community Research Unit.
- Ferragina, E. (2012). *Social Capital in Europe: A Comparative Regional Analysis*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Furmankiewicz, M., Janc, K., & Macken-Walsh, A. (2016). The impact of EU governance and rural development policy on the development of the third sector in rural Poland: a nation-wide analysis. *Journal of Rural Studies*, 43, 225-234.
- Gijssels, C., & Bussels, M. (2014). Farmers' cooperatives in Europe: social and historical determinants of cooperative membership in agriculture. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 85(4), 509-530.
- Granberg, L., & Andersson, K. (2016). *Evaluating the European Approach to Rural Development: Grass-Roots Experiences of the Leader Programme*. London and New York: Routledge.
- Hagedorn, K. (2014). Post-socialist farmers' cooperatives in central and Eastern Europe. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 85(4), 555-577.
- Holt, L. (2008). Embodied social capital and geographic perspectives: performing the habitus. *Progress in Human Geography*, 32(2), 227-246.
- Horlings, L. G., & Marsden, T. K. (2014). Exploring the "New Rural Paradigm" in Europe: ecoeconomic strategies as a counterforce to the global competitiveness agenda. *European Urban and Regional Studies*, 21(1), 4-20.
- Larsson, G. (2006). *Spatial Planning Systems in Western Europe: An Overview*. Amsterdam: IOS Press.
- Lasinska, K. (2013). *Social Capital in Eastern Europe: Poland An Exception?* Wiesbaden: Springer Science & Business Media.
- Lee, J., Árnason, A., Nightingale, A., & Shucksmith, M. (2005). Networking: social capital and identities in European rural development. *Sociologia Ruralis*, 45 (4), 269-283.
- Marquardt, D., Möllers, J., & Buchenrieder, G. (2012). Social networks and rural development: LEADER in Romania. *Sociologia Ruralis*, 52(4), 398-431.
- Meuleman, H. (2008). *Social Capital in Europe: Similarity of Countries and Diversity of People? Multi-Level Analyses of the European Social Survey 2002*. Leiden, Netherlands: Brill.
- Moreno, L. (1994). Information and agricultural changes in the EC. *Regional Conference of International Geographical Union, Prague, 22-26 August 1994. Papers presented by the Human Geography Research Unit of the CEG*, EPRU 41 (pp. 79-96). University of Lisbon, CEG.
- Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, FLUL.
- Moreno, L. (2017). Social capital and rural development in Europe: a geographical perspective, in: E. Pisani, G. Franceschetti, L. Secco & A. Christoforou (Coord.), *Social Capital and Local Development. From theory to empirics*. London, Palgrave Macmillan, Chapter 4 (no prelo).
- Mohan, G., & Mohan, J. (2002). Placing social capital. *Progress in Human Geography*, 26(2), 191-210.
- Murphy, J. T. (2006). Building trust in economic space. *Progress in Human Geography*, 30(4), 427-450.
- Murray, C. (2008). Social capital and cooperation in Central and Eastern Europe – a framework for research on governance. *Journal of Rural Cooperation*, 36(1), 3-20.
- Murray, C., Beckmann, V., & Hurrelmann, A. (2008). The governance of cooperation: policy implications for rural Central and Eastern Europe. *Journal of Rural Cooperation*, 36(1), 87-100.
- Naughton, L. (2014). Geographical narratives of social capital: telling different stories about the socio-economy with context, space, place, power and agency. *Progress in Human Geography* 38(1), 3-21.
- Perrier-Cornet, P., & Hervieu, B. (2002). Les transformations des campagnes françaises: une vue d'ensemble. In P. Perrier-Cornet (ed.), *Repenser les campagnes: la Tour d'Aigues* (pp. 9-31). Datar, Éditions de L'aube.
- Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133-158.
- Ray, C. (2000). The EU LEADER programme: rural development laboratory. *Sociologia Ruralis*, 40(2), 163-172.
- Ray, C. (2006). Neo-endogenous rural development in the EU. In P. Cloke, T. Marsden, & P. Mooney (Eds.), *Handbook of Rural Studies*, (pp. 278-291). Sage Publications.
- Reimer, M., Getimis, P., & Blotvogel, H. (2014). *Spatial Planning Systems and Practices in Europe: A Comparative Perspective on Continuity and Changes*. London and New York: Routledge.
- Slangen, L. H. G., Van Kooten, G. C., & Suchanek, P. (2004). Institutions, social capital and agricultural change in Central and Eastern Europe. *Journal of Rural Studies*, 20, 245-256.
- Tomaney, J. (2014). Region and place I: institutions. *Progress in Human Geography*, 38(1), 131-140.
- Tracy, M. (1986). *L'Etat et l'agriculture en Europe occidentale: crises et réponses au cours d'un siècle*. Paris: Economica.
- Tzanakis, M. (2013). Social capital in Bourdieu's, Coleman's and Putnam's theory: empirical evidence and emergent measurement issues. *Educate*, 13(2), 2-23.
- Van Oorschot, W., Arts, W., & Gelissen, J. (2006). Social capital in Europe: measurement and social and regional distribution of a multifaceted phenomenon. *Acta Sociologica*, 49(2), 149-167.
- Westholm, E., Moseley, M., & Stenlaas, N. (1999). *Local Partnerships and Rural Development in Europe: A Literature Review of Practice and Theory*. Dalarna Research Inst. Sweden, Countryside and Community Research Unit, Cheltenham and Gloucester College of Higher Education.